

CIDADE MODERNA X TRABALHO URBANO: A QUESTÃO DO COMÉRCIO AMBULANTE NO RECIFE NOS SÉCULOS XIX E XX.

*Sylvia Couceiro Bompastor**

Frequentemente ao falarmos sobre o comércio ambulante no Recife ouvimos de técnicos, urbanistas, políticos e escritores, discursos como o que se segue: "O nosso Recife tem uma longa intimidade com o comércio ambulante, até porque é filho dele; e nós precisamos solucionar o problema dos camelôs que hoje nos aflige, inspirados na história da terra dos Mascates". (Projeto Centro do Recife, Universidade de Pernambuco, 1991).

A construção dessa imagem de "Cidade dos Mascates" onde saudosa e poeticamente transitavam pelas calmas ruas do Recife vendedores ambulantes dos mais diversos produtos, gritando seus melodiosos pregões, está longe de revelar as origens ou parte da história da cidade; na verdade esse discurso oculta os antagonismos e contradições entre uma atividade que sobrevivia na quase ilegalidade, fruto de um passado colonial que se desejava a todo

* Pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco. Mestre em História.

custo destruir, e um novo padrão da cidade – moderna e progressista – que se erigia na virada do século.

Nesse contexto questões fundamentais se colocam: quem eram esses mascates? Qual a sua importância histórica? E quais as inter-relações entre o exercício da sua atividade e a implantação de uma nova ordem urbana?

Para se tentar discutir tais questões é necessário analisá-las sob a ótica de uma história social dinâmica, fruto de um jogo constante de repressão e resistência, onde pensar a cidade e a construção de seus espaços, significa buscar fundamentalmente, através das mais variadas fontes, sejam escritas, iconográficas ou através de vestígios materiais, o percurso histórico dos diversos grupos sociais que marcaram o ambiente urbano.

O compromisso de reconstruir a história dos centros urbanos significa, portanto, não apenas abordar historicamente planos, projetos, obras que transformaram cidades, mas sobretudo incorporar ao debate os aspectos sócio-culturais, no sentido de inserir nesse contexto um elemento fundamental: o sujeito enquanto agente atuante do processo histórico.

Assim, investigar a cidade numa dimensão histórica, implica na análise da vida cotidiana da sua população, das imagens e representações criadas, e das repercussões sociais geradas a partir das transformações materiais sofridas no seu espaço. É preciso, portanto, que o estudioso da cidade esteja capacitado a fazer falar, a tornar inteligível e a restituir inteligibilidade dos registros e evidências que permitem compreender a produção do espaço urbano pelas culturas e grupos sociais (...), ao invés de limitar-se a uma análise da morfologia urbana apenas com base na materialidade do espaço construído (Souza, 1992, p. 297).

Mascates: conceito e preconceito

Difundido no Recife desde o período colonial, o comércio ambulante consolidou-se na cidade a partir da figura do mascate. Segundo o historiador Pereira da Costa, já no início do século XVII chegavam à colônia navios trazendo gente de diversas regiões da Ásia e Europa, que aqui vinham com o objetivo de comercializar mercadorias das Índias e produtos europeus, como panos, perfumes e alimentos.

Com o fim do domínio holandês em Pernambuco, meados do século XVII, passa a desembarcar periodicamente no porto do Recife, grande número de migrantes portugueses, que na esperança de enriquecer e fazer fortuna vinha arriscar a sorte na colônia. Eram homens livres, destituídos economicamente, que em função das reduzidas oportunidades de trabalho oferecidas numa sociedade escravocrata, passam a se dedicar ao comércio ambulante. Segundo um escritor da época, esses mascates se constituíam:

"num turbilhão de aventureiros, aurissedentos, nus e miseráveis, gente a mais abjeta de Portugal, ignorante, estúpida e sobremaneira mal educada." (Costa, F.A. Pereira da, 1984, p. 146, v. 5).

Na verdade, o preconceito que rotula o homem pobre livre de "vadio" e "aventureiro", nasce nos termos coloniais e se torna uma constante no decorrer da história brasileira. As restrições impostas à produção pelo Pacto Colonial e pelas necessidades dos mercados externos e a utilização maciça da mão-de-obra escrava reduziam as oportunidades de trabalho para a parcela de homens livres destituídos; que passavam a se dedicar à agricultura de subsistência, se tornavam parceiros e agregados nos engenhos, ou se dirigiam à cidade em busca de emprego e chances de fazer fortuna no comércio. Parte desse contingente não conseguia ocupação fixa, vivendo de trabalhos temporários, ou subsistiam pescando e catando caranguejos e mariscos nos mangues que cercavam a cidade.

Além de pertencerem às camadas mais pobres da população, o preconceito era reforçado pelo fato de serem estrangeiros, e de exercerem um tipo de atividade considerada "desonrosa" e de "menor valor" por uma sociedade que desprestigiava o trabalho, em função do seu exercício ser quase que totalmente realizado por escravos.

"Chegados a Pernambuco os forasteiros conseguiam a troco de algum trabalho pessoal adquirir 4\$ ou 6\$ (...), e carregados de gêneros saíam a vender pelas ruas e freguesias do interior (...). E assim, arvoadores em mascates, em breve aqueles estúpidos, que em Portugal nem para criados serviam, tornavam-se capitalistas" (Leitão, in Guerra, 1984, p. 159).

No início do século XVIII, alguns desses "miseráveis" e "estúpidos", enriquecidos pelo comércio de mascateação, passam a dominar boa parte do comércio a grosso e varejo, exercendo também atividades bancárias e de agiotagem no porto do Recife. Na vizinha Olinda, centro político administrativo da capitania, se concentrava "a fina flor" da fidalguia açucareira; a "nobreza" proprietária dos engenhos, os "legítimos" pernambucanos, que em dificuldades econômicas, com a produção dos engenhos prejudicada e dívidas acumuladas desde o fim do período holandês, recorriam cada vez mais frequentemente aos empréstimos dos agiotas/comerciantes recifenses.

As disputas entre o setor urbano emergente, com seus recém nascidos capitalistas e a decadente Olinda, com sua aristocracia rural empobrecida, se acirraram, consolidando o preconceito contra os comerciantes recifenses e explodindo no movimento conhecido como a Guerra dos Mascates.

"Acorrentados na envolvência dos empréstimos dos recifenses, os olindenses queixavam-se de extorsão e juros

exagerados, apelidando pejorativamente de mascates, altos comerciantes de secos e molhados, importadores (...) e donos de casas comissárias, financeiramente importantes e até de certo modo poderosos". (Guerra, 1984, p. 157).

Calcado no nível social e econômico dos mascates, no fato de serem estrangeiros, no tipo de trabalho "desonroso" que exerciam, segundo os conceitos dos "fidalgos" olindenses, e nas transformações que sua atividade operou, consolidando o capitalismo comercial e, conseqüentemente, a supremacia econômica e política do Recife sobre Olinda, o preconceito contra a atividade do comércio ambulante se solidificou, perpetuando entre nós a imagem do mascate através da história como "vadio", "ignorante" e "aventureiro".

Vendedores nas Ruas

Em meio a análises que resgatam discursos saudosistas próprios de uma elite, ou descrições de viajantes estrangeiros atônitos com as cores, sons e movimentos que o comércio ambulante imprimia às ruas das principais cidades brasileiras da época, a reconstrução do papel social e econômico desempenhado pelo comércio ambulante conduz ao entendimento do processo de circulação de produtos e abastecimento nos centros urbanos da época.

Até meados do século XIX, a população do Recife se distribuía entre seus subúrbios e arredores, e nos bairros centrais da cidade. Seja nos engenhos, ou nos sobrados urbanos, onde residiam as famílias abastadas, ou nos casebres e mocambos habitados pela parcela pobre da população, as dificuldades de abastecimento eram grandes.

A precariedade do sistema de comunicação e dos transportes, os altos preços de produtos básicos como sal, azeite e carne (boa parte deles com distribuição monopolizadora), e um estilo de

vida recluso, onde não era permitido às mulheres "honestas" o acesso à rua, impossibilitando-as de irem às compras, transformavam os mascates e vendedores ambulantes em geral, em agentes importantes no processo de circulação de mercadorias, responsáveis pelo abastecimento de boa parcela da população da cidade e arredores.

Utilizando-se do contrabando, burlando o fisco, sonegando impostos e quebrando monopólios, os vendedores ambulantes conseguiam, através de uma intrincada rede de contatos onde se sobressaía a figura do intermediário, a articulação necessária para possibilitar o acesso da população urbana em geral, a produtos que normalmente lhes seriam inacessíveis (Silva Dias, 1984).

A fiscalização e o policiamento eram insuficientes e incapazes de desbaratar a rede de intermediários e fornecedores que abastecia os ambulantes. Apesar das tentativas do poder público de punir os infratores com multas, prisão e até mesmo degredo (durante o período colonial), as resistências eram fortes, a ponto de nos meados do século XVII existirem só no Recife, segundo o poeta Gregório de Matos, "mais de mil mascates" (Costa, F.A. Pereira da, 1984, p. 255 v. 8).

"Fica proibido o comércio de fazendas, miudezas e outros gêneros feito por mascates e marimbeiros, pretos e pretas pelas ruas do Recife (...), sob pena da perda das fazendas, multa de cem mil réis em dinheiro e seis meses de prisão, e no caso de reincidência, a pagarem o dobro da pena pecuniária, e presos até serem degredados para Angola". (Costa, F.A. Pereira da, 1984, p. 259, v. 8).

É interessante observar a diversidade dos elementos que participavam do comércio ambulante, ou tinham algum interesse ligado a ele – eram escravos e livres, brancos e negros, nacionais e estrangeiros, famílias de recursos e gente pobre. Trabalhando diretamente nas ruas, responsáveis pelo movimento e burburinho no

centro da cidade e arredores, encontravam-se os escravos de ganho, negros forros e homens pobres e livres. Comercializando em pontos fixos – praças, esquinas e pátios – ou perambulando pelas ruas, os vendedores ambulantes ofereciam uma variedade enorme de produtos que iam desde alimentos básicos, até livros. Eram mascates com suas miudezas e quinquilharias, pretas quituteiras, vendedores de frutas, verduras, peixe, galinha, utensílios em geral e mais uma infinidade de mercadorias.

Além de abastecerem as famílias de gêneros alimentícios e utensílios variados, os mascates e ambulantes em geral funcionavam como verdadeiros emissários, levando para o interior das casas-grandes dos engenhos e sobrados da elite urbana, um pouco do ruído das ruas e novidades da praça.

Com a preocupação de atrair novos compradores ou os habituais fregueses, os vendedores costumavam utilizar-se dos pregões, combinação de palavras com melodia, que propagavam a qualidade do produto que ofereciam. Quebrando o silêncio das ruas os pregões acabavam se incorporando ao cotidiano da cidade. Henry Koster, viajante inglês que visitou o Recife no início do século, descreveu irritado sua primeira experiência com os vendedores ambulantes e seus pregões:

Ei-nos, portanto, tranquilamente instalados em nossa nova residência, (...) quando uma vintena de negras grita sob as janelas, em todos os tons de que a voz humana é capaz, laranja, banana, doces e outras mercadorias para vender" (Koster, 1942, p. 33).

Cidade Moderna X Comércio Ambulante

No período entre 1782 e 1850, segundo dados do censo, a população do Recife passou de 18.000 a 70.000 habitantes, extravasando os limites territoriais herdados do período holandês, (...)

e incorporando a chamada "Várzea do rio Capibaribe", isto é, toda a extensão que vai da Boa Vista e da Madalena até os subúrbios de Caxangá e a Várzea (Mello, 1992, p. 195). Apesar da rápida expansão urbana, o núcleo central, constituído pelos Bairros do Recife, Santo Antônio e Boa Vista, continuava a concentrar a maior parte da população. Observadores e cronistas da época produzem uma imagem assustadora das condições de vida nesse período. Charles Darwin, que visitou o Recife em 1836, escreveu:

“A cidade é por toda parte detestável, as ruas estreitas, mal calçadas e imundas; as casas, altas e lúgubres. A estação das chuvas acabava apenas de findar-se, de maneira que a região adjacente (...) apresentava-se completamente alagada” (Darwin, 1992, p.165).

A estrutura urbana deficiente e os serviços públicos básicos inexistentes evidenciavam o quadro de crise que esses bairros e outros da cidade apresentavam: carência de um sistema de esgotos e saneamento, de limpeza das ruas, de coleta de lixo, insuficiência de transportes, precariedade das habitações de parte da população, impossibilidade de circulação nas vias de acesso ao porto (em função da irregularidade e pouca largura das ruas), e inexistência de serviços médicos eficientes no controle das epidemias que assolavam na época.

A imagem construída neste período vinculava as cidades brasileiras, como Rio de Janeiro, Salvador, Recife, à idéia de atraso, falta de civilidade e desordem. Fugindo dos padrões modernos, nossos centros exibiam aos visitantes vielas sujas e tortuosas, habitações insalubres, falta de transportes, de saneamento e precariedade no sistema de distribuição de água, além de concentrar amplas parcelas da população, cujos hábitos e expressões culturais chocavam-se diretamente com os novos preceitos de salubridade, disciplina e moral.

Mario Sette, cronista da época, assim descrevia um passeio

pelas ruas e pontes do Recife:

"As vendedoras de bolos ou tapiocas sentam-se em plena via pública (...) veêm-se com fartura cabras, porcos, cavalos à solta. Um raro ônibus a luar dobra uma esquina. As pontes são de madeiras (...) negros carregam nas barricas mal cheirosas (tigres) os dejetos humanos (...) tornara-se usual despejar (as águas servidas) de varanda abaixo, quando se vive em sobrado (...), o lixo é enterrado no fundo dos quintais ou atirado pelos escravos à maré (...). As condições higiênicas iam refletindo essa conseqüência de um péssimo sistema de eliminação de fezes e águas sujas. Sobretudo quando as epidemias assaltavam o Recife". (Sette, 1978, p. 19, 21-22).

Na Europa, nesta fase, nasce uma nova urbanística, fruto das discussões de técnicos, médicos, sanitaristas e reformadores, no sentido de remediar os inconvenientes da cidade industrial que nascia. Paris se tornou o exemplo clássico desta experiência de intervenção no urbano. Implementadas em meados do século passado, as reformas englobaram a realização de obras viárias, com a abertura e retificação de ruas, reconstrução das novas edificações e moradias, criação de jardins e parques públicos, instalação de um complexo hidráulico, transformando a cidade no protótipo da metrópole industrial: moderna, civilizada, progressista.

Assimilada pela elite nacional, a viabilização deste novo projeto de sociedade moderna apoiava-se não só numa reformulação do espaço das cidades, mas sobretudo numa transformação do próprio indivíduo em cidadão "útil", inserido num novo contexto onde o amor ao trabalho e o respeito à propriedade representavam o único caminho para a construção de uma sociedade civilizada e progressista.

Através da reestruturação de conceitos, a elite elabora uma nova concepção de trabalho, buscando a sua identificação como "princípio fundamental" da vida em sociedade, elemento ordenador, moralizador, na tentativa de construir o modelo do bom cidadão e

do trabalhador exemplar. Em contrapartida à noção de trabalho como "lei suprema" da sociedade, constrói-se o conceito da vadiagem e de ociosidade, onde se estabeleceu que o indivíduo não inserido no processo de trabalho assalariado, seria considerado vadio, indolente, inepto, e estaria sujeito a diversos mecanismos – educação, coerção, violência – que redirecionassem sua conduta e o incorporassem ao processo produtivo (Bresciani, 1986; Chalhoud, 1986; Turazzi, 1989).

Os preceitos desta nova experiência urbanística e a utilização deste discurso do trabalho como elemento básico, princípio moralizador, são postos à sociedade brasileira num contexto complexo, quando a pobreza urbana surge de modo visível aos grupos dominantes, no decorrer do processo de transição de uma sociedade escravista para a ordem capitalista nos centros urbanos do país.

Estabelecimentos correccionais, escolas, penitenciárias são criados para disseminar esta nova ideologia do trabalho; leis são elaboradas com o objetivo de estimular a criação de um mercado de trabalho e forçar a incorporação do indivíduo à nova ordem fabril e urbana que se instalava. Todo um código de disciplinamento e controle do comportamento que deveria nortear o convívio social é instituído nas cidades. Para a elite, a repressão à prática de cultos primitivos, aos aglomerados habitacionais que disseminavam as epidemias, às atividades "desprezíveis", exercidas pelas camadas populares, como a mendicância e o comércio ambulante, enfim, aos hábitos poucos civilizados do nosso povo, era uma questão urgente.

No Recife, as primeiras iniciativas no sentido de modernizar a cidade e instituir leis disciplinando as práticas e costumes das camadas populares datam dos meados do século XIX. Na administração do Conde da Boa Vista (1837-1844), foram restauradas pontes, calçadas as vias principais, praças foram construídas, ruas abertas, a numeração das casas foi estabelecida, a iluminação à gás e o serviço de água encanada foram implantados. Nas administrações posteriores a cidade foi sofrendo novas transformações

– cemitério público, Conselho de Salubridade, sistema de coleta de lixo; aperfeiçoamento de transportes urbanos e outras inovações foram implantadas. Mas, é só a partir de 1905 que as propostas de urbanização começaram a se transformar em realidade.

Adotado o modelo francês, que pressupunha a exclusão de grupos sociais de determinadas áreas, numa prática que segregava as camadas populares e hierarquizava espaços, foram iniciados: a reforma da Praça da Independência, o alargamento da rua do Cabugá, da rua 7 de Setembro e da rua do Hospício, e posteriormente as obras do Porto, a construção do Plano de Esgotamento Sanitário pelo engenheiro Saturnino de Brito, a grande reforma do Bairro do Recife e do Bairro de Santo Antônio, esta realizada já na década de 1930. Era urgente a recriação da cidade e a construção de um imaginário que correspondesse ao novo homem e à nova sociedade que se consolidava. Demolições de residências, de estabelecimentos comerciais, igrejas e monumentos (como a Igreja do Corpo Santo e os Arcos da Conceição e de Santo Antônio), desapropriações, abertura e alargamento de ruas foram realizados em nome de uma moderna urbanidade.

A população pobre se torna um empecilho à realização destes objetivos; residindo em áreas centrais, onde se desejava abrir os *boulevards*, praticando cultos "primitivos", disseminando as epidemias, exercendo atividades "desprezíveis", como a mendicância e o comércio ambulante, esta camada da sociedade foi a mais atingida com as leis que objetivavam manter a "ordem", a "moralidade" e o "progresso" nas novas cidades. Portanto, esta população foi sendo empurrada para áreas periféricas e sua tradição, história e costumes foram reprimidos em função de um padrão de "beleza" e "civilização" europeus.

A partir de 1849, a municipalidade estabeleceu a interdição das casas vulgarmente conhecidas por casas de batuques; os infra-tores, chefes dos divertimentos ou donos dos prédios, foram ameaçados com pesadas multas. Não se permitia mais a queima de fogos – bombas e foguetes – exceto em Santo Amaro e na vila de

Joana Bezerra. Os condutores de burros de carga – almocreves – ficavam proibidos de entrar na cidade montados nos animais e com a camisa por fora das calças. As cantorias e pregões dos negros carregadores de carga também estavam sendo desaconselhados. Os pedintes de esmolas para os santos estavam sendo combatidos. Os moradores queixavam-se de um realejo que perturbava a vizinhança na Rua Direita, e dos cortiços da Rua do Sossego, onde as prostitutas "divertiam-se" em orgias (Sette, 1978, p. 46-49).

Nesta fase são elaboradas de forma mais sistemática as primeiras leis de repressão aos pequenos ofícios urbanos, como o comércio ambulante. A nova estrutura que o Estado começa a impor às grandes cidades tende a limitar, restringir os locais do comércio de rua, construir grandes mercados, obrigando os ambulantes a se concentrarem em locais fechados, exigir pagamento de taxas e a concessão de licenças, exercendo cada vez mais controle sobre esse tipo de atividade, o que gerava resistências e conflitos. É desta época a construção de vários mercados públicos, como o de São José, inaugurado em 1875.

Ainda no início do século XIX, em 1818, em ofício dirigido ao ministro Antônio de Vilanova, o governador de Pernambuco, Luís do Rego Barreto, no relato sobre a *Polícia* coloca o seguinte problema:

"Tenho feito com que esse povo se sujeitasse *por uma ordem*, a não parar com tabuleiros de fazendas e outras quitandas mais miúdas, se não em lugares determinados, *o que se tinha tentado inutilmente por várias vezes*" (Costa, F. A. Pereira, 1989, p. 13, v. 8).

Os locais a serem ocupados pelos ambulantes seriam: Bairro de Santo Antônio, largos ou praças do Carmo, da Penha e do Hospital, imediações do Cais da Lingueta no Bairro do Recife, e no Largo da Matriz da Boa Vista. A partir daquela data ficaria

proibido aos ambulantes venderem suas mercadorias em outros locais fixos ou pelo meio das ruas, sob pena de terem de pagar multa no valor de mil réis e até de serem presos.

Na tentativa de ordenar e disciplinar o comércio ambulante, os governantes locais apelaram para a construção de mercados públicos, organização de feiras fixas e determinação de locais específicos para a venda de mercadorias. Apesar das duras sanções estabelecidas para os infratores da lei e do tratamento dado ao assunto – quase sempre tido como caso de polícia –, a questão não conseguia ser solucionada, continuando como preocupação constante dos administradores da cidade.

O ponto central que leva a municipalidade a tentar disciplinar e reprimir o comércio ambulante passou a ser a visão de que este tipo de atividade se chocava diretamente com os padrões de "beleza", "civilização" e "desenvolvimento urbano" da época, além do fato da concorrência que ele estabelecia com setores do comércio formal da cidade.

Em 1849, "a municipalidade estabelece a proibição da permanência de pretas quitadeiras em certos pontos da cidade, como por exemplo na calçada da matriz da Boa Vista, onde faziam derriços com os negros (...). *Nem sempre as medidas achavam cumprimento fácil. O fiscal da freguesia de Santo Antônio queixava-se à Câmara Municipal de não lhe ter sido possível desavezar as pretas quitadeiras da rua do Rosário Largo*". (Sette, 1977, p. 47).

A visão do comércio ambulante como um aspecto "não civilizado" dos nossos costumes, que atentava contra a "moral pública", na medida em que as negras quitadeiras promoviam algazaras, namoravam nas calçadas, provocavam barulho com seus pregoes – perturbando o sossego dos cidadãos "progressitas" – respaldou as sucessivas tentativas de ordenar essa atividade.

Outro grave conflito que envolvia os vendedores ambulan-

tes era o gerado pela concorrência que faziam aos lojistas. No início do século XX, em 1914, o comércio a varejo da praça do Recife, através da Associação Comercial, empreendeu verdadeira campanha contra os ambulantes, elaborando uma representação à Câmara dos Deputados e organizando um abaixo-assinado subscrito por 87 firmas estabelecidas. Neste documento, os lojistas colocam o comércio da Praça do Recife como "a alma, a vitalidade da urbs", enquanto os ambulantes são descritos como "um perigoso contingente... inimigos sorrateiros e temerosos, corroendo o comércio honesto e legítimo" (Associação Comercial de Pernambuco, Relatório, 1915 - 21 de janeiro).

Na verdade, o problema central era a concorrência que os ambulantes estabeleciam com as lojas varejistas. Em épocas de crise, as tensões aumentavam, e o comércio formal encabeçava verdadeiras cruzadas contra a atividade dos ambulantes, elegendos-os como "bodes expiatórios" de vários males que afligiam o Recife na época. Utilizando-se do discurso europeu de incentivo ao "progresso" e da manutenção da ordem e da moral nas cidades, a Associação Comercial acusava-os do não pagamento dos impostos, de serem contrabandistas, embusteiros, imorais que não têm laços de família nem amor à cidade, reivindicando ao Poder Público o aumento do imposto que pagavam, de forma a equipará-los aos comerciantes regularmente estabelecidos.

Nesta fase de significação notável nos progressos materiais da cidade..., de obras volumosas... não se poderia explicar senão por influência de elementos dispersivos e obsoletos – (os vendedores ambulantes) – a deficiência clamorosa de negócios no comércio varejista. Tipos de vida nômade, desligados do convívio social... sem sentimento de amor à terra, aos seus progressos e tradições... que utilizam-se do contrabando um dos maiores expedientes de sedução, lesivo ou deprimente para o país... além de representar também um perigo de ordem moral: a invasão do lar... com casos havido

de grosseiro desrespeito... e propostas desonestas. O comércio varejista suplica... as providências do poder público... para regulamentar a cobrança do imposto... além de um hábil processo de fiscalização. (Relatório da Ass. Comercial, 1915).

Atividade que se desenvolvia à margem do setor formal da economia, sem vínculos e obrigações fixas, onde se burlava o pagamento de taxas e impostos, vendendo conseqüentemente as mercadorias a preços mais acessíveis, buscando compradores nas calçadas, ruas, locais de trabalho e nos domicílios, o comércio ambulante, apesar das tentativas de disciplinamento e da repressão, cresceu durante todo o século XX, ocupando espaços cada vez maiores na economia local, principalmente em épocas de crise, incorporando-se às nossas tradições e à paisagem das metrópoles brasileiras.

BIBLIOGRAFIA

BRESCIANI, M^a Stella. Lógica e dissonância sociedade de Trabalho: lei, ciência, disciplina e resistência operária. *Revista brasileira de história*. São Paulo, v. 6, n. 11, 1986.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da "Belle Époque". São Paulo: Brasiliense, 1986.

COSTA, F.A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife, FUNDARPE, 1984.

DARWIN, Charles. A Muralha de pedra. In: SOUTO MAIOR, Mário; SILVA, Leonardo Dantas (orgs.) *O Recife quatro séculos da sua paisagem*. Recife: Ed. Massangana, 1992.

GUERRA, Flávio. *Decadência de uma Fidalguia Açucareira*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981.

— . *Nordeste: um século de silêncio (1654-1775)*. Recife: CEPE, 1984.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1942.

MELLO, Evaldo Cabral. Canoas do Recife. In: SOUTO MAIOR, Mário; SILVA, Leonardo Dantas (Orgs.) *O Recife quatro séculos de sua Paisagem*. Recife: Ed. Massangana, 1992.

RELATÓRIO da Associação Comercial de Pernambuco. Recife, 21 de janeiro 1915.

SETTE, Mário. *Arruar: História Pitoresca do Recife Antigo*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978.

SILVA DIAS, Maria Odila. *Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.

SOUZA, Angela T. de. O Trabalho, o Território e as identidades Sociais. In: FERNANDES, Ana; GOMES, Marcos Aurélio (Orgs.) *Cidade e história*. Salvador: UFBA, ANPUR, 1992.

TURAZZI, M^a Inez. *A Euforia do Progresso e a Imposição da ordem: a engenharia, a indústria e a organização do trabalho na virada do século XIX ou XX*. São Paulo: Marco Zero, 1989.